

## DISCURSO DO ACTUAL BASTONÁRIO DR. ANTÓNIO CARLOS LIMA

Como acontece em relação à generalidade dos colegas, também a mim se abriram por mais de uma vez na vida oportunidades de fazer outras coisas para além da advocacia, porventura com maior proveito material e seguramente com menos esforço e menos preocupações. A concretização de várias dessas oportunidades nem mesmo teria exigido que renunciasse, ou renunciasse de todo, ao exercício da profissão.

Sempre tive, no entanto, a ideia e sentimento muito vincados de que a advocacia se não compadece com a acumulação e dispersão de actividades, de que as suas exigências e sérias responsabilidades reclamam, pelo contrário, uma inteira disponibilidade de espírito e uma constante concentração de esforços.

Assim entendendo as coisas, e posto perante hipóteses que iam ao arrepio desse entendimento, tive naturalmente de escolher e optar. Mas fi-lo em todas as circunstâncias sem hesitações nem dúvidas. Optei sempre por ser advogado. Por ser exclusivamente advogado.

Vão decorridos 27 anos de exercício da profissão em meios e condicionalismos bem diferentes, enfrentando situações da mais diversa natureza, desde a questão de águas «encravada» no monte agreste da minha região até à tensa reflexão de gabinete sobre um difícil problema de direito comercial, administrativo, ou outro.

Como sucede quanto aos demais advogados, tem sido uma vida sujeita a constante erosão, num equilíbrio eternamente instável, feita de incertezas e expectativas, vividas ora nos sobressaltos agitados das corridas contra o tempo ora na angústia penosa da solidão.

De todo o modo, tem sido um viver intenso e multiforme, numa cadeia ininterrupta de alegrias e amarguras, que são sempre indispensáveis para modelar e enraizar as grandes «ligações» e fidelidades.

E julgo ser efectivamente uma grande «ligação» e uma grande fidelidade aquilo que me prende à profissão de advogado.

Tendo constituído assim a advocacia, para além naturalmente de um meio de vida, um modo efectivo de realização pessoal e profissional, é normal que me tenha sensibilizado o facto de os colegas, ao elegerem-me para bastonário, terem entendido que poderia corresponder às exigências e responsabilidades do cargo, e nele ser útil à classe e à nossa Ordem.

É esse sentimento que a todos pretendo transmitir, e dizer-lhes ao mesmo tempo que me esforçarei por cumprir os deveres do cargo que agora assumo, dispondo-me a fazer os sacrifícios que para o efeito todos sabemos serem necessários.

Nos programas apresentados com vista às recentes eleições, e no desenvolvimento do próprio processo eleitoral, houve diversas oportunidades de assinalar as preocupações da classe, de traçar um quadro suficientemente desenvolvido dos problemas que reclamam solução, e bem assim de apontar as finalidades que é desejável atingir através das soluções que para os mesmos venham a ser encontradas.

Aliás, principalmente após a realização do nosso I Congresso, pode dizer-se que a individualização desses problemas, as necessidades e aspirações que lhes estão subjacentes, foram explicitados em termos que abriram caminho para se poder entrar no domínio das coisas concretas.

Todavia, não foi possível até ao presente levar a cabo de maneira organizada e sistemática os trabalhos que são neces-

sários para que se possa passar do plano dos princípios e das ideias gerais para o das soluções de contornos precisos e acabados.

Os dirigentes da Ordem que agora cessam funções tiveram presente a necessidade de fazer o esforço que acabo de referir, tendo mesmo sido realizados trabalhos úteis, embora não tenha sido viável encarar o conjunto das modificações jurídico-institucionais que têm de exprimir as exigências dos novos conditionalismos em que a profissão é exercida.

No entanto, quem não tiver uma memória excessivamente curta sabe que esses dirigentes presidiram aos destinos da Ordem num contexto geral muito complexo e indefinido, cheio de limitações e dificuldades, além de terem tido de dispersar a sua actividade pela resolução de novos e múltiplos problemas. É justo lembrá-lo e reconhecê-lo.

Cabe, assim, aos novos titulares dos órgãos da Ordem a tarefa de realizar e promover os trabalhos implicados pela definição das soluções mais ajustadas para os muitos problemas em aberto, nomeadamente no que respeita à reformulação do estatuto da profissão e à reestruturação da própria Ordem.

Trata-se de uma tarefa que está longe de ser fácil. Para a sua realização são necessários, mas não bastam, o empenho e determinação dos novos dirigentes. É também indispensável uma alargada e activa participação dos colegas, não só para dar adequada cobertura ao esforço que se impõe fazer, mas também como meio de assegurar que as conclusões a que se chegue estejam em consonância com o sentir e aspirações da classe.

Todos sabemos que a nossa agitada vida, permanentemente semeada de lances inesperados e duras tensões, deixa muito pouca margem de tempo e disponibilidade de espírito para quaisquer outras actividades.

Em todo o caso, e tendo em conta que está em causa um serviço devido à própria classe e à sua organização profissional, julgo que com algum espírito de sacrifício a todos é possível

dar, por um modo ou outro, o seu contributo às tarefas em que temos de nos empenhar, desde que seja razoável aquilo que a cada um for solicitado.

E procurar-se-á que o seja, à luz da ideia de que, não se podendo nem devendo pedir muito a poucos, haverá que pedir pouco a muitos tornando do mesmo passo mais participada, variada e proflutiva a nossa actividade institucional.

Por outro lado, creio bem que no trabalho a levar a cabo igualmente poderão ser úteis as reflexões e achegas colhidas junto de todos aqueles que, de uma ou outra maneira, colaboram na administração da justiça. Será esta, entre várias outras, mais uma razão para estreitar relações, promover e intensificar contactos com todos os que participam nessa obra comum, e em particular com as Associações de Magistrados. Nisso se porá interessadamente o maior empenho.

Grande e importante parte das conclusões a que se chegue sobre os problemas que especificamente respeitam aos advogados terá, é claro, de obter adequada expressão legislativa. Coisa idêntica sucederá quanto a diversas questões que se suscitam no âmbito de sectores do direito que mais bolem com as exigências da nossa actuação prática e em relação aos quais, por isso mesmo, nos encontramos especialmente sensibilizados.

Sendo assim, e atendendo a que a nossa profissão está relacionada com um quadro geral de estruturas e objectivos que, a nível do Poder Executivo, se articulam no Ministério da Justiça, tem naturalmente a Ordem dos Advogados de procurar manter com este Ministério as relações e contactos que se revelarem necessários. Fá-lo-á a partir da sua perspectiva própria, exprimindo as opiniões e reflexões que possam constituir contributo útil quanto a tudo aquilo em que, por força das respectivas atribuições, se imponha que tome posição.

Estou certo de que essas relações terão lugar e se desenvolverão nos melhores termos, com o espírito construtivo e de abertura que decorrerá com naturalidade do facto de que nelas estará sempre, e só, em causa a preocupação de lealmente contribuir para encontrar as soluções mais ajustadas aos problemas que houver de enfrentar e resolver.

Li algures que vêm aflorando desde há séculos vozes que invocando razões nem sempre coincidentes, têm anunciado o fim mais ou menos próximo da nossa profissão. Também no nosso tempo se podem encontrar ecos dessas vozes, renovando aqui ou ali, por vezes com insistência, o fatídico anúncio.

Já se apontou mesmo como explicação do nosso previsto fim o facto de constituirmos uma profissão que perturba a «simetria do poder, o alinhamento dos espíritos e o perfeito nivelamento das consciências». Quer dizer, curiosa e paradoxalmente, invocaram-se assim para pôr termo ao nosso destino razões que se filiam na nossa independência e sadio inconformismo, na nossa recusa de «verdades» definitivamente «feitas» e de comportamentos estratificados, em suma invocou-se como razão de morte justamente tudo aquilo em que se enraíza a nossa força e vitalidade.

As profecias não se têm, no entanto, cumprido.

Pode, assim, pôr-se legitimamente a dúvida sobre se com essas profecias se tem querido projectar no futuro os resultados de uma análise que se pretenda sociologicamente objectiva ou se, muito ao contrário, não constituirão frequentemente as mesmas simples reflexo condicionado do desejo de muitos que, em todos os tempos, se têm sentido incomodados pela independência dos advogados, e que por isso mesmo não raro nos têm chegado a qualificar como «gente perigosa».

De toda a maneira, creio bem que a nossa profissão continuará a existir. Ou, se o contrário vier a suceder, é porque com ela terão morrido «coisas» extremamente importantes que estruturam e modelam toda uma concepção de vida, e sem as quais esta não valerá a pena ser vivida.

Julgo que nós advogados desempenhamos efectivamente uma função indispensável no processo de administração da justiça, que sem a nossa intervenção seria radicalmente afectado, entraria em desequilíbrio global, e nunca poderia ser aquilo que se impõe que seja. Pode acrescentar-se que a nossa profissão até se reveste hoje de mais largo e significativo alcance social face à crescente complexidade do direito e às cada vez maiores exigências de tecnicidade que lhe estão associadas.

Por outro lado, indo mais longe, podemos ainda afirmar que, num mundo frio e desincarnado, que se multiplica em relações sem alma nem rosto, nós somos um dos últimos redutos daquele humanismo por que de cada vez mais generalizada-mente se aspira.

O carácter fortemente personalizado do nosso trabalho profissional, a aproximação humana, disponibilidade e confiança que supõe, a compreensão e intimidade profunda em que se traduz, tudo isso corresponde a anseios actuais e bem marcados da humanidade, que, em definitivo, se recusa a deixar-se reduzir ao anonimato aritmético das estatísticas.

Não nos venham, pois, dizer com displicente auto-suficiência, e pretendendo profetizar mais uma vez, que a nossa profissão fez o seu tempo, pois, muito pelo contrário, estamos em consonância com o pulsar e anseios mais fundos do nosso tempo, tendo por direito próprio um lugar insubstituível em toda e qualquer sociedade que se pretenda realmente livre.

É importante manter bem desperta a consciência de que as coisas são assim, de que ilustramos uma filosofia de vida rica de valores, fundada no primado do homem e no seu aprofundamento íntimo.

Mas é igualmente importante avivar a consciência de que tudo isso implica graves responsabilidades e deveres, reconhecendo ao mesmo tempo com corajosa humildade que nem sempre são assumidos nos termos desejáveis, mas que se impõe que o sejam de cada vez mais, na plenitude do seu significado e responsabilização.

Já levei longe demais as considerações que me propunha fazer neste acto.

Vou terminar.

Faço-o agradecendo muito sinceramente a todos o terem querido tão simpática e cordialmente acompanhar-nos, aos dirigentes da Ordem que cessam funções e aos que de novo as assumem, neste acto simbólico de transmissão de poderes, honrando-nos e estimulando-nos com a Vossa presença.